

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Arnaldo Jordy)

Requer informações da Sra. Tereza Campello Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre os cortes no orçamento de 2011 de programas de atendimento à crianças e adolescentes.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, a Sra. Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre cortes no orçamento de 2011, que atingiram programas de atendimento às crianças e adolescentes.

Segundo informações veiculadas pela imprensa nacional, o corte é de R\$ 340 milhões, conforme abaixo especificado.

- 1) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – corte de R\$ 2,43 milhões;
- 2) Trabalho infantil – ação para retirar crianças de atividades laborais – redução de 27,6 milhões;
- 3) Combate à exploração de crianças e adolescentes – corte de R\$ 6,21 milhões;
- 4) Projovem – corte de R\$ 34,3 milhões.

Em razão das consequências negativas que os referidos cortes orçamentários poderão ocasionar na manutenção das políticas públicas de inclusão social de jovens e adolescentes, é necessário que a população brasileira seja informada sobre as seguintes questões:

- 1) Quais foram e quais serão as providências tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que os citados programas não sofram descontinuidade?
- 2) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou a imprensa que as ações, apesar do corte, não serão prejudicadas, porque fará a recomposição dos valores, porventura necessários, por conta das melhorias de gestão nos programas. Com base nesses argumentos, questionamos sobre como o MDS pretende promover essa melhoria na gestão dos programas.
- 3) Como se dará a fiscalização dos recursos destinados às prefeituras, para que os programas citados não sofram descontinuidade?

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, o Governo Federal efetuou cortes em várias políticas públicas essenciais à conquista e garantia de direitos.

Além dos cortes orçamentários previstos pelo governo, pastas da área social terão de lidar com a redução de recursos em programas considerados importantes por especialistas. Ao todo, quatro programas que priorizam crianças e adolescentes e o combate ao trabalho escravo sofreram redução de R\$ 417 milhões no Orçamento de 2011.

A maior redução é no **ProJovem** que tem como finalidade promover a inclusão social de pessoas com idade entre 18 e 19 anos, alfabetizadas, mas que não concluíram o ensino fundamental. Em 2010, o programa teve quase R\$ 1,6 bilhão destinado à concessão de auxílio financeiro, pagamento de serviços socioeducativos e aquisição e distribuição de material pedagógico. Para 2011, serão destinados R\$ 1,3 bilhão, isto é, R\$ 336 milhões a menos que no ano anterior.

O Programa de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a lei, que tem que tem como meta em 2011, abrir 32.560 vagas em serviços de proteção aos jovens que cumprem medidas socioeducativas,

vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, terá R\$ 34 milhões a menos do que o estipulado no orçamento de 2010. O orçamento, que era de R\$ 85 milhões em 2010, agora é de R\$ 51,2 milhões.

A erradicação do trabalho infantil foi reduzida em 9%, isto é, R\$ 27,6 milhões. A ação é efetuada para tirar crianças de atividades laborais, proibidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

Outro programa atingido é o Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. O Disque Denúncia Nacional é uma das missões do programa, que monitora as denúncias de violência contra crianças. O Orçamento de 2011 prevê R\$ 93,6 milhões para o referido programa, sendo que em 2010 os recursos destinados ao programa foram de R\$ 101,4 milhões em 2010, ou seja, uma perda de R\$ 7,8 milhões.

Cabe destacar, que além das reduções nos programas citados, preocupamos as informações divulgadas pelo Ministério Público Federal sobre pesquisas que apontam que o Brasil ocupa o 1º lugar na América Latina em crimes de pedofilia cometidos pela internet, sendo cerca de 50% das vítimas, crianças com idades entre 9 e 13 anos.

Em face da clara relevância nacional e regional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, a Excelentíssima Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sala das Sessões, em, de de 2011.

**DEPUTADO ARNALDO JORDY
PPS-PA**